

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas Multidisplay, Servinet, Cielo USA, Catenio e Aliança e das controladas indiretas Stelo, MerchantE e M4Produtos, denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U” (com a totalidade das ações alienadas em 02 de novembro de 2021). O resultado das controladas em conjunto Orizon (alienada a totalidade das ações em 07 de janeiro de 2021) e da Paggo (sem atividades operacionais) foram reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis às aquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas no exterior, originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, a Companhia avançou significativamente em seu processo de transformação, apresentando sólida recuperação de resultados operacionais e melhorias em diversos aspectos do negócio.

Foi um período desafiador. Iniciamos o ano com uma nova onda de COVID, resultando em novas quarentenas e medidas de distanciamento social por todo o país. Também foi um período de muitas transformações, seja pelo ritmo de inovações que tem caracterizado a indústria de pagamentos no Brasil, seja por uma agenda de alterações regulatórias. Elas trouxeram mudanças significativas como, por exemplo, a implementação do novo sistema de registro de recebíveis.

Neste contexto, a Cielo avançou na implementação da sua estratégia. A Companhia vem buscando expandir sua atuação em cadeia de valor, com a oferta de serviços de maior valor agregado a sua base de clientes, e avançar em inovações que mantenham a Cielo em posição de vanguarda em um contexto de digitalização cada vez maior no universo dos meios de pagamento. Ao mesmo tempo, entendemos que o crescimento e a transformação do negócio precisam se dar em bases sólidas, tendo por fundamento serviços e operações de excelência em adquirência, que é o negócio central da empresa e a razão do relacionamento com 1,2 milhão de estabelecimentos comerciais no país.

No ano que passou obtivemos avanços operacionais importantes em atuação comercial, logística e atendimento. Revisitamos o modelo comercial, expandimos, equipamos com tecnologia e capacitamos o time, para melhorar a atração e a retenção de clientes, priorizando um modelo de relacionamento mais pessoal, mais próximo dos clientes do varejo. O novo modelo vem ganhando tração, o que nos permite observar melhoria em indicadores como o índice de ativação e o volume realizado por novos clientes no mês seguinte à ativação, frutos de melhorias no processo de *onboarding*.

Em logística, levamos a 153 cidades um novo modelo de serviços chamado Heroes. Profissionais exclusivos e uniformizados que vão até o cliente para instalar equipamentos e apoiar na solução de problemas de forma ágil. Os Heroes materializam o compromisso da Cielo em melhorar de forma perceptível a experiência dos clientes. Sua implementação se deu em conjunto com outras melhorias importantes no sistema logístico: implementamos a entrega de equipamentos no ato da venda, com descentralização do estoque de terminais; aumentamos o percentual de instalações realizadas em até 2 dias úteis; e melhoramos nossa capacidade de recuperar terminais.

Em atendimento, priorizamos as soluções digitais, que proporcionam melhor experiência e apresentam melhores índices de satisfação. Reduzimos o *contact rate*, percentual da base de clientes que aciona a central de atendimentos, e aumentamos a penetração dos canais digitais.

Foram entregas importantes dentro de um objetivo maior: posicionar a Cielo com atendimento de excelência entre os melhores da indústria até o fim de 2022. As frentes envolvem novas entregas em logística; reformulação da central de atendimento e experiência em canais digitais; jornada de cobrança e precificação; e modernização de sistemas, com plano ambicioso de acelerar a migração para Nuvem.

A transformação do negócio e a evolução na cultura da Companhia vêm se traduzindo em melhor desempenho operacional. Os resultados de aquisição (Cielo Brasil) vêm sendo impulsionados pela recuperação dos volumes capturados, que apresentaram crescimento de 11% sobre 2020; por um sólido controle de gastos; e pela expansão dos produtos de prazo, soluções que ajudam nossos clientes a gerir melhor seu fluxo de caixa ao permitir o recebimento em até dois dias úteis de seu fluxo de vendas por cartões de crédito. Entre essas soluções, destaque para o Receba Rápido, cuja penetração apresentou forte crescimento no volume capturado junto aos clientes dos segmentos Varejo e Empreendedores, atingindo 45% no último trimestre de 2021, ante 32% em igual período do ano anterior.

Na Cateno, também observamos desempenho favorável, com evolução das receitas e despesas sob controle. Os volumes apresentaram sólido crescimento de 23%, impulsionados principalmente pelas transações com cartões de crédito.

Um dos habilitadores da transformação que vem sendo implementada na Companhia é o foco em suas competências centrais e nas prioridades estratégicas. Neste sentido, em 2021 concluímos desinvestimentos na Orizon, por R\$129 milhões, e na Multidisplay/M4U, em uma transação com valor base de R\$125 milhões.

Na Cielo, buscamos assegurar que o resultado e as entregas ocorram de forma sustentável e correta, em linha com as melhores práticas de mercado. No ano que passou, recebemos prêmios e reconhecimentos por atendermos esse compromisso. Fomos reconhecidos por nossa Governança Corporativa, por iniciativas ESG e por práticas e qualidade de reporte em sustentabilidade.

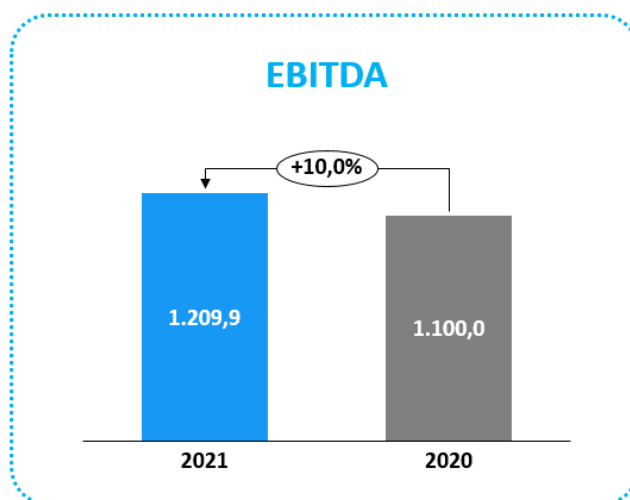
Esses resultados só poderiam ser alcançados por meio do trabalho de um time qualificado de colaboradores. Durante toda a pandemia a Cielo tem buscado proteger seu time, reconhecendo o desempenho e o esforço de todos nessa jornada de transformação dos negócios. Como resultado, fomos reconhecidos pelo Great Place to Work, como uma das melhores empresas para se trabalhar no país. Ficamos na segunda posição entre as empresas do setor financeiro. As ações da Cielo também estão entre as de maior peso no índice IGPTW, criado recentemente pela B3 e que inclui empresas que possuem as melhores práticas em seu ambiente de trabalho e que promovem um processo de valorização das relações e do desenvolvimento das pessoas.

As inovações tecnológicas, a mudança no comportamento dos consumidores e a agenda regulatória que vem sendo conduzida no país, devem trazer dinamismo ainda maior à indústria de pagamentos. Seguiremos preparando a Companhia para prosperar nesse cenário, manter o seu protagonismo e ajudar cada vez mais o varejo brasileiro com soluções financeiras e serviços de ponta.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time de colaboradores, a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

DESTAQUES 2021

- O volume financeiro da Cielo de transações em 2021 totalizou R\$ 713,4 bilhões, acréscimo de 10,8% ou R\$ 69,4 bilhões em relação a 2020.
- A receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.685,5 milhões, aumento de 4,5% ou R\$ 499,5 milhões em relação a 2020.
- As receitas de aquisição de recebíveis (ARV) e de FIDC, líquidas dos tributos, totalizaram R\$ 406,5 milhões, um decréscimo de 19,1% em relação a 2020.
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando a equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 11.582,2 milhões, diminuição de 2,2 % ou R\$ 254,0 milhões em relação a 2020.
- O EBITDA consolidado foi de R\$ 1.209,9 milhões, aumento de 10,0% ou R\$ 109,9 milhões em relação a 2020.



DESEMPENHO OPERACIONAL 2021

Volume Financeiro de Transações

Evolução Anual

Em 2021, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 713,4 bilhões, representando um aumento de 10,8% ou R\$ 69,4 bilhões, quando comparado aos R\$ 644,0 bilhões capturados em 2020.

Especificamente com cartões de crédito (à vista e parcelado), o volume financeiro totalizou R\$ 406,7 bilhões em 2021, apresentando aumento de 12,9% em relação a 2020.

Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 306,7 bilhões no 2021, um aumento de 8,1% em comparação a 2020.

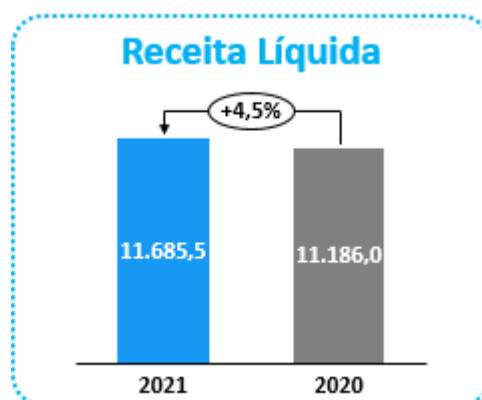
Adicionalmente, a Cielo capturou 6,8 bilhões de transações em 2021, um acréscimo de 9,6% em relação a 2020.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2021

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Receita Líquida

Evolução Anual



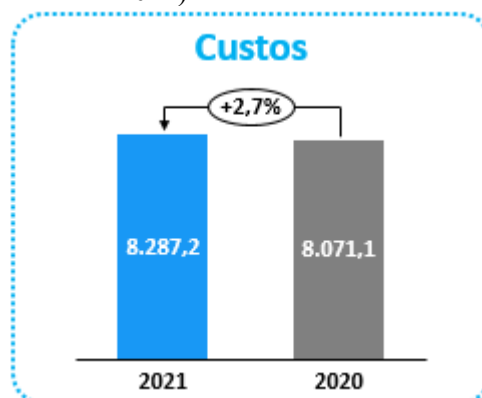
A receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.685,5 milhões em 2021, um aumento de 4,5% ou R\$ 499,5 milhões em relação à receita de 2020 de R\$ 11.186,0 milhões.

O aumento está relacionado ao maior volume capturado e intercâmbio médio do arranjo Ourocard (que impactou as receitas da Cateno), ao crescimento do volume capturado na Cielo (que impactou a receita de captura e a receita do produto Pagamento em 2 dias), bem como apreciação do dólar médio na operação norte-americana (MerchantE).

Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de preço na controladora, dado o cenário competitivo, bem como pela redução no volume da operação norte-americana (MerchantE) e redução das receitas de vendas de recargas de celular na M4U (alienada em novembro de 2021).

Custos dos Serviços Prestados

Evolução Anual



O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 8.287,2 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 216,1 milhões, ou 2,7% em comparação ao ano anterior. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- Aumento de R\$ 384,4 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, resultado do aumento no volume, gerando maiores custos com *fees* de bandeiras, nos gastos com *embossing*, postagens de cartões, bem como, aumento nos custos com central de atendimento;
- Aumento de R\$ 138,0 milhões nos **custos relacionados à captura, processamento e liquidação de transação da Cielo** em comparação a 2020, decorre de gastos relacionado ao aumento de volumetria, principalmente *fees* de bandeiras e serviços de processamento de transações, compensado parcialmente pela redução nos serviços de prospecção e manutenção de clientes por bancos parceiros;
- Aumento de R\$ 66,3 milhões nos **custos dos serviços prestados nas controladas norte-americana Cielo Inc e MerchantE**, diretamente relacionado à apreciação do dólar médio no ano;
- Redução de R\$ 288,1 milhões nos **custos com serviços prestados na M4U**, referente aos custos de créditos de telefonia celular (especialmente na modalidade de revenda de recarga virtual), relacionada à redução nas vendas em 2021, bem como pela alienação da totalidade das ações em novembro de 2021;
- Redução de R\$ 76,1 milhões nos **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** em relação a 2020, decorrente principalmente do decréscimo da amortização do subsídio pago pela Cielo e Stelo gerado na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais, compensado parcialmente pelo aumento em depreciação em razão da calendarização de compras de terminais de captura (POS).

Despesas Operacionais

Evolução Anual



As despesas operacionais totalizaram R\$ 3.294,4 milhões no ano de 2021, apresentando um aumento de R\$ 35,1 milhões ou 1,1%, em relação ao ano de 2020. O acréscimo decorre principalmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - Aumento de R\$ 112,6 milhões ou 14,6% para R\$ 885,1 milhões em 2021 comparadas com os R\$ 772,5 milhões em 2020. O aumento está relacionado, à expansão do time comercial e ao acordo coletivo de 2021, bem como pela apreciação do dólar médio sobre as despesas da controlada no exterior (MerchantE), compensado pelas economias geradas por medidas de reestruturação organizacional tomadas pela Companhia durante esse exercício.

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação – Redução de R\$ 122,6 milhões ou 24,3% para R\$ 382,5 milhões em 2021 quando comparadas com os R\$ 505,1 milhões em 2020. O decréscimo está relacionado a menores gastos na controlada no exterior (MerchantE), pelo efeito das reestruturações ocorrida em 2020. Compensado parcialmente por maiores gastos com projetos estratégicos e iniciativas que visam aprimoramento na qualidade dos serviços prestados na controladora Cielo.

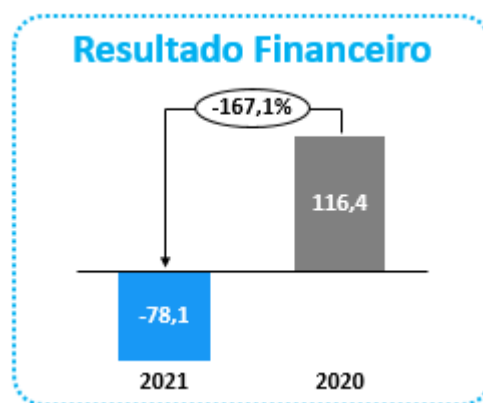
Despesas de vendas e marketing – Redução de R\$ 138,2 milhões ou 37,0%, para R\$ 235,3 milhões em 2021 quando comparadas com os R\$ 373,4 milhões em 2020. O decréscimo se deve a redução nas despesas de marketing na Cielo com campanhas, materiais e eventos, além da negociação de remuneração de parceiros de vendas na MerchantE.

Outras despesas operacionais líquidas – Aumento de R\$ 186,0 milhões ou 11,6%, para R\$ 1.792,1 milhões em 2021 quando comparadas com os R\$ 1.606,1 em 2020. O acréscimo decorre do reconhecimento da redução ao valor recuperável de parte do ágio pago na aquisição da controlada no exterior MerchantE, após a realização do teste anual de impairment, no montante de R\$ 1.362,9 milhões*, compensado parcialmente pela ganho líquido na cessão das plataformas New Elo e CieloPay, venda das participações societárias nas empresas Orizon e M4U, bem como pelo efeito de menor expectativa de perda com créditos incobráveis na Cielo e Cateno nesse exercício (em 2020 as perdas foram elevadas dados aos efeitos do isolamento social causados pela pandemia da COVID-19).

(*)Em 31 de dezembro de 2021, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 241,2 milhões (R\$ 1.362,9 milhões de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro). Este efeito foi reconhecido apenas nos livros em IFRS, pois, conforme preceitua IAS 36 – Impairment of Assets, os ágios são mantidos a valor histórico e submetidos ao teste de impairment, no mínimo, anualmente. Nas Demonstrações Financeiras em COSIF, não houve o reconhecimento desse impairment, pois, conforme as práticas contábeis do Banco Central do Brasil, o ágio é amortizado pela expectativa de vida útil futura e, nessa data, já estava completamente amortizado.

Resultado Financeiro

Evolução Anual



O resultado financeiro totalizou R\$ 78,1 milhões de despesa em 2021, representando uma queda de 167,1% ou R\$ 194,3 milhões em relação a 2020, que obteve uma receita de R\$ 116,4 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras – Aumento de R\$ 163,7 milhões ou 102,1%, para R\$ 324,4 milhões em 2021, comparadas com os R\$ 160,6 milhões em 2020, relacionado à maior taxa média do CDI e pelo maior saldo médio aplicado, quando comparado ao ano anterior.

Despesas financeiras – Aumento de R\$ 291,5 milhões ou 56,4%, para R\$ 808,5 milhões em 2021, comparadas com os R\$ 517,0 milhões em 2020, relacionado ao aumento da taxa média do CDI nesse exercício, bem como, pela maior remuneração de cotas sênior em novos FIDCs.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) e FIDC – Redução de R\$ 96,2 milhões ou 19,1% para R\$ 406,5 milhões em 2021, quando comparado aos R\$ 502,7 milhões em 2020, relacionada a menor penetração no volume de crédito, parcialmente, compensado pelo aumento do médio do CDI.

Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida – Totalizou despesa de R\$ 0,5 milhão em 2021, representando uma variação de R\$ 29,4 milhões, quando comparados com os R\$ 29,9 milhões de despesa em 2020. O resultado decorre do efeito contábil da marcação a mercado dos instrumentos financeiros com o propósito de proteger passivo indexado à moeda estrangeira.

EBITDA

EBITDA

Evolução Anual

O EBITDA totalizou R\$ 1.209,9 milhões em 2021, representando um aumento de 10,0% em relação à 2020, ou R\$ 109,9 milhões, conforme demonstrado a seguir.

EBITDA (R\$ milhões)	2021	2020
Lucro Líquido Cielo	(505,1)	(488,5)
Outros acionistas que não a Cielo	188,0	141,2
Resultado Financeiro Líquido	78,0	(116,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social	342,8	319,2
Depreciação e Amortização	1.106,1	1.244,5
EBITDA	1.209,9	1.100,0
% Margem EBITDA	10,4%	9,8%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

IMPACTOS DA PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19

De acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, as vendas no Comércio Varejista registraram uma alta nominal de 12,7% em 2021 em relação a 2020. O aumento no índice de preços e os efeitos do abrandamento de medidas de isolamento, foram fatores que contribuíram positivamente para o crescimento desse exercício em comparação a 2020. Descontada a inflação, essa alta foi de 0,8%, em relação ao ano anterior. Nessa comparação, descontado os efeitos da inflação de cada setor, houve alta no macro setor de serviços (o mais afetado pelos efeitos do isolamento causado pela

pandemia da Covid-19), com aumento de 6,8% (em termos nominais o crescimento foi de 13,3%), em seguida, vêm os Bens Duráveis e Semiduráveis, com altas de 3,9% deflacionada e de 12,4% nominal. O macro setor de Bens não duráveis apresentou recuo deflacionado de 2,2% e, em termos nominais, um crescimento de 12,4%.

Considerando que o desempenho operacional e financeiro da Cielo tem uma forte dependência do consumo nacional e consequentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Companhia manteve, desde o início da pandemia, critério mais rigoroso para provisão de perdas dos saldos em atraso de clientes avaliados como segmento de alto risco de inadimplência. Esse procedimento será mantido até a conclusão dos impactos da pandemia, sendo reavaliado mensalmente, de acordo com a evolução da carteira de cobrança.

A Companhia passou a privilegiar a penetração em produtos de prazo, como forma de impulsionar a rentabilidade da Companhia. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia mantém sua capacidade de gerenciar o caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos de curto prazo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Cielo adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações através do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Cielo.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Cielo, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2021 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação da parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por

terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Cielo, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes, devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros ad hoc do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) a priori, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão declarar-se conflitados, se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que for objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Cielo e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 09 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação, Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade, Diversidade e Responsabilidade Corporativa em suas práticas. Ao realizar suas atividades, a Cielo busca assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2020 revisou seu Planejamento Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, este trabalho resultou na interpretação do Propósito e Visão para Sustentabilidade e permitiu o estabelecimento de Diretrizes de Sustentabilidade que orientarão nossa atuação ao longo dos próximos cinco anos. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê seis temas estratégicos para sustentabilidade, com o propósito de ‘potencializar negócios sustentáveis e inclusivos com todos’ e a visão de ‘ser a plataforma inteligente reconhecida por impulsionar a sustentabilidade e inclusão no comércio brasileiro’.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2021 a 2025 e endereça os temas estratégicos para Sustentabilidade, sendo: Diversidade & Inclusão, Responsabilidade Social, Mudanças Climáticas & Eco eficiência, Gestão de Riscos Socioambientais e Inovação & Empreendedorismo Socioambiental, Governança & Reportes ESG.

Cabe destacar o Programa de Diversidade & Inclusão, estruturado no 2º semestre de 2019 com que o objetivo de transformar nossa cultura, estruturas e posicionamentos. O tema é objeto de atenção da alta administração por meio do Fórum de Diversidade, que discute a importância estratégica do tema e é coordenado pelo Presidente da companhia. Seu principal objetivo é discutir e assessorar a Diretoria-Executiva na tomada de decisão. Os debates do Fórum de Diversidade são levados ao Comitê de Sustentabilidade e têm ganhado visibilidade no Conselho de Administração.

Em 2020, destacamos também a atuação dos grupos de afinidade dentro da Companhia com encontros mensais, que contemplam raça e etnias, pessoas com deficiência, gênero e a comunidade LGBTQIA+. Formados por colaboradores voluntários que desejam contribuir para a discussão do tema e contando com a participação de *sponsors* da Diretoria Executiva, os grupos são responsáveis por pautar discussões e propor ações para impulsionar a diversidade e Inclusão no negócio.

As ações da Cielo para o desenvolvimento sustentável se dão por meio da Política de Sustentabilidade, cujas diretrizes contemplam aspectos e práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO14.001, para sede da Cielo em 2019 e com a manutenção da certificação em 2021. A Companhia possui uma Estratégia Climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, e a compensação das emissões de carbono não evitadas. Em linha com sua estratégia climática, a Cielo responde à iniciativa de transparência do *Carbon Disclosure Initiative* (CDP), e integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão).

Em 2021, pelo nono ano consecutivo, integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (“ISE”). Esse reconhecimento é resultado das práticas implementadas pela Cielo nos últimos anos, dentre as quais destacamos boas práticas de governança corporativa; o programa de diversidade e inclusão; gestão de riscos; e a avaliação de aspectos socioambientais em fornecedores, produtos e serviços.

Além disso, a partir de janeiro de 2022, a Companhia passou a integrar o Índice IGPTW: índice da B3 em parceria com a organização *Great Place to Work* que reúne as empresas que possuem as melhores práticas no mercado de trabalho, que promovem um processo de transformação cultural e que valorizam as relações e o desenvolvimento das pessoas.

Em nossa estratégia de investimento social privado buscamos adotar causas específicas para o uso das leis de incentivo, a fim de conectar as iniciativas apoiadas aos nossos negócios. Dessa forma, investimos em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o ano de 2021, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa no exercício de 2021, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2020, aplicação de treinamento de controles contábeis e asseguarção razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que

determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, é de R\$ 330,5 mil e representa cerca de 14,9% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras do Grupo Cielo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Cielo S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2021 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras
(*IFRS*)

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
1 Contexto operacional	14
2 Resumo das principais práticas contábeis	16
3 Demonstrações financeiras consolidadas	23
4 Caixa e equivalentes de caixa	24
5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	25
6 Fundo de investimento em direitos creditórios	28
7 Contas a receber operacionais	30
8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos	31
9 Investimentos	32
10 Imobilizado	34
11 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar	35
12 Intangível	36
13 Contas a pagar a clientes	39
14 Empréstimos e financiamentos	39
15 Outras obrigações	41
16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais	41
17 Patrimônio líquido	44
18 Lucro líquido por ação	48
19 Receita operacional líquida	48
20 Despesas por natureza	49
21 Compromissos	49
22 Benefícios a empregados	50
23 Participação de colaboradores e administradores no lucro	51
24 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal	51
25 Plano de ações restritas	51
26 Resultado financeiro	52
27 Gestão de Riscos	53
28 Transações e saldos com partes relacionadas	59
29 Informações por segmento de negócio	65
30 Itens que não afetam o caixa	66
31 Cobertura de seguros	67
32 Eventos Subsequentes	67
33 Aprovação das demonstrações financeiras	67

KPMG Auditores Independentes
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração da Cielo S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

A Sociedade efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito.

Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações.

Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base.

Para as contas de receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.6, 7, 15 e 19.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada – Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A) e ágios

Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e nº 12, as demonstrações financeiras consolidadas incluem valores de ágios oriundos da aquisição de investimentos e ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), classificados na demonstração financeira consolidada em conta específica, cuja realização está suportada por meio do “Fluxo de Caixa Descontado” baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de

rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do ativo intangível registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Para a avaliação dos ativos intangíveis de vida útil definida da controlada Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A., com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados nos últimos estudos anuais de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nestes estudos. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no segundo semestre de 2021. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração nestas últimas avaliações anuais efetuadas com o desempenho econômico e financeiro da controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para a avaliação do valor recuperável do ágio registrado na aquisição da controlada Merchant-e Solutions, verificamos a documentação suporte fornecida pela Administração que suporta o valor justo do investimento. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas nº 9 e nº 12.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 27, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são : (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de chargeback, estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.

Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis.

Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores.

Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de rating, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber, recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações financeiras.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela

Sociedade nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas nº 7 e nº 27.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e

comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Cielo S.A.

Balancos patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.340.203	3.507.241	Passivos financeiros		72.840.374	65.512.096
Instrumentos financeiros		80.356.598	71.413.340	Contas a pagar a clientes	13	69.530.057	61.770.336
Contas a receber operacionais	7	79.852.956	70.975.686	Empréstimos e financiamentos	14	2.912.802	40.960
Contas a receber de partes relacionadas	28	24.830	29.907	Fornecedores		356.796	640.868
Despesas pagas antecipadamente		139.560	69.744	Instrumentos financeiros derivativos	5	-	2.079
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	246.082	238.726	Obrigações com cotas senior FIDC	6	31.106	3.041.462
Outros valores a receber	7	93.170	99.277	Arrendamentos a pagar	11	9.613	16.391
Impostos antecipados e a recuperar		472.256	587.255	Outras obrigações	15	972.526	872.171
Total do ativo circulante		86.169.057	75.507.836	Impostos e contribuições a pagar	8	219.039	359.096
				Dividendos a pagar	17.h)	196.679	143.701
				Total do passivo circulante		74.228.618	66.887.064
Não circulante				Não circulante			
Instrumentos financeiros		303.488	480.289	Passivos financeiros		10.662.505	8.973.548
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	274.411	457.892	Empréstimos e financiamentos	14	3.382.302	8.903.652
Outros valores a receber	7	29.077	22.397	Obrigações com cotas senior FIDC	6	7.225.968	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.285.305	1.162.398	Obrigações com cotas de fundos de investimento	6	15.538	8.202
Depósitos judiciais	16.b)	1.576.643	1.578.987	Arrendamentos a pagar	11	38.697	61.694
Investimentos	9	-	132.058	Outras obrigações	15	24.819	15.119
Imobilizado	10	971.151	986.756	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16.a)	2.158.491	1.838.719
Bens de direito de uso	11	41.700	68.891	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	25.965	34.864
Intangível	12	9.946.657	11.890.183	Total do passivo não circulante		12.871.780	10.862.250
Total do ativo não circulante		14.124.944	16.299.562	Patrimônio líquido			
				Capital social	17.a)	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	17.b)	80.657	71.156
				Transações de capital entre sócios	17.c)	-	(108.441)
				Ações em tesouraria	17.d)	(98.578)	(84.815)
				Resultados abrangentes	17.e)	356.627	341.252
				Reservas de lucros	17.f) e g)	4.059.633	5.024.096
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		10.098.339	10.943.248
				Participação de outros acionistas que não a Cielo		3.095.264	3.114.836
				Total do patrimônio líquido		13.193.603	14.058.084
Total do ativo		100.294.001	91.807.398	Total do passivo e patrimônio líquido		100.294.001	91.807.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Exercício/21	Exercício/20
Receita líquida	19	11.685.440	11.186.013
Custo dos serviços prestados	20	(8.287.260)	(8.071.148)
Lucro bruto		3.398.180	3.114.865
Receitas (despesas) operacionais			
Pessoal	20	(885.169)	(772.533)
Gerais e administrativas	20	(382.468)	(505.070)
Vendas e marketing	20	(235.258)	(373.416)
Equivalência patrimonial	9	608	(2.247)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(1.792.097)	(1.606.082)
Lucro (prejuízo) operacional		103.796	(144.483)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	324.415	160.639
Despesas financeiras	26	(808.487)	(517.026)
Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	26	406.582	502.672
Ganho / (perda) de variação cambial, líquida	26	(513)	(29.918)
		(78.003)	116.367
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		25.793	(28.116)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	(479.295)	(397.643)
Diferidos	8	136.463	78.421
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(317.039)	(347.338)
Atribuído a:			
Acionistas controladores		(505.074)	(488.505)
Outros acionistas que não a Cielo		188.035	141.167
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R\$) - Básico	18	(0,18645)	(0,12817)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R\$) - Diluído	18	(0,18562)	(0,12778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes

(Em milhares de reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

	<u>Exercício/21</u>	<u>Exercício/20</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(317.039)	(347.338)
Resultados abrangentes		
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior	14.474	281.692
Resultado com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	-	-
Benefício pós-emprego	<u>901</u>	<u>13.867</u>
Movimentações do exercício	<u>15.375</u>	<u>295.559</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(301.664)</u>	<u>(51.779)</u>
Atribuído a:		
Acionistas controladores	(489.699)	(192.946)
Outros acionistas que não a Cielo	<u>188.035</u>	<u>141.167</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros									Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Transações de Capital	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	Retenção de lucros	Resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	5.700.000	69.285	(56.198)	(82.284)	1.128.753	4.550.269	-	-	45.693	11.355.518	3.672.325	15.027.843
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(40.214)	-	-	-	-	-	-	(40.214)	-	(40.214)
Ações restritas outorgadas	-	13.468	-	-	-	-	-	-	-	13.468	-	13.468
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(11.597)	11.597	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação de não controladores, sem mudança no controle	-	-	-	(26.157)	-	-	-	-	-	(26.157)	-	(26.157)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(488.505)	-	(488.505)	141.167	(347.338)
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	-	-	11.247	-	-	(11.247)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(151.470)	-	(151.470)	-	(151.470)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(14.951)	-	(14.951)	-	(14.951)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	(666.173)	-	666.173	-	-	-	-
Resultados abrangentes:												-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	281.692	281.692	-	281.692
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	13.867	13.867	-	13.867
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(698.656)	(698.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.700.000	71.156	(84.815)	(108.441)	1.140.000	3.884.096	-	-	341.252	10.943.248	3.114.836	14.058.084
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(27.124)	-	-	-	-	-	-	(27.124)	-	(27.124)
Ações restritas outorgadas	-	22.862	-	-	-	-	-	-	-	22.862	-	22.862
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(13.361)	13.361	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação de não controladores, sem mudança no controle	-	-	-	108.441	-	-	-	-	-	108.441	-	108.441
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(505.074)	-	(505.074)	188.035	(317.039)
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(235.760)	-	(235.760)	-	(235.760)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	(223.629)	-	(223.629)	-	(223.629)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	(964.463)	-	964.463	-	-	-	-
Resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	14.474	14.474	-	14.474
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	901	901	-	901
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207.607)	(207.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.700.000	80.657	(98.578)	-	1.140.000	2.919.633	-	-	356.627	10.098.339	3.095.264	13.193.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Exercício/21	Exercício/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		25.793	(28.116)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10, 11 e 12	1.106.112	1.244.519
Baixas/perdas de imobilizado e intangível	10, 11 e 12	334.331	83.910
Equivalência patrimonial	9	(608)	2.247
Redução ao valor recuperável - impairment	12	1.362.954	987.910
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 12	(148.780)	(682.726)
Ações restritas outorgadas		22.862	13.468
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações		(13.361)	(11.597)
Perdas com créditos incobráveis e fraude	20	331.216	511.854
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	371.693	58.103
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	14	196.908	788.882
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		50.187	(302.417)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	313.666	254.397
Amortização de custos de emissão de dívidas	14	25.312	33.700
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		(9.208.486)	1.556.768
Contas a receber com partes relacionadas		5.077	(29.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(122.907)	(23.386)
Impostos antecipados e a recuperar		114.999	(572.617)
Depósitos judiciais	16.b)	2.344	15.153
Outros valores a receber		(162.375)	361.072
Despesas pagas antecipadamente		(68.541)	33.403
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		123.859	(391.055)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(284.072)	(82.402)
Impostos e contribuições a pagar		191.644	278.607
Contas a pagar a Clientes		7.759.721	(1.569.443)
Dividendos a pagar		52.978	(16.559)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16.a)	(51.921)	(50.131)
Arrendamentos a pagar		(29.775)	(10.074)
Outras obrigações		(99.050)	99.469
Caixa proveniente das operações		2.201.780	2.553.032
Imposto de renda e contribuição social pagos		(427.650)	(358.786)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.774.130	2.194.246
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação de participação em controlada		132.601	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	-	2.124
Aquisições de imobilizado de uso	10 e 11	(431.920)	(424.982)
Alienação de intangível	12	199.795	-
Aquisições de intangível	12	(261.169)	(322.433)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(360.693)	(745.291)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	14	-	6.097.196
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	14	(2.922.495)	(7.143.479)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	14	(7.652)	(22.040)
Juros pagos	14	(255.247)	(309.679)
Cotas de terceiros FIDC		7.702.826	3.041.462
Amortização de cotas de terceiros FIDC		(3.487.214)	(2.000.352)
Aquisição de ações em tesouraria		(27.124)	(40.214)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(583.569)	(217.687)
Resgate de ações pagos a terceiros		-	(559.313)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		419.525	(1.154.106)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.832.962	294.849
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	5.340.203	3.507.241
Saldo inicial	4	3.507.241	3.212.392
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.832.962	294.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cielo S.A.

Demonstrações consolidadas do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Exercício/21	Exercício/20
Receitas			
Vendas de serviços	20	13.125.170	12.273.441
Perda com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude	20	(331.216)	(511.854)
		<u>12.793.954</u>	<u>11.761.587</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(6.827.457)	(6.172.599)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(693.323)	(1.266.080)
Outros gastos, líquidos	20	(1.341.413)	(29.056)
(Perda) recuperação na realização de ativos	20	(119.401)	(1.065.172)
		<u>(8.981.594)</u>	<u>(8.532.907)</u>
Valor adicionado bruto		<u>3.812.360</u>	<u>3.228.680</u>
Retenções			
Depreciações e amortizações	10, 11 e 12	(1.106.112)	(1.244.519)
Valor adicionado líquido produzido		<u>2.706.248</u>	<u>1.984.161</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	9	608	(2.247)
Receitas financeiras, incluindo aquisição de recebíveis e variação cambial líquida	26	730.484	633.393
		<u>731.092</u>	<u>631.146</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>3.437.340</u>	<u>2.615.307</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(922.051)	(834.670)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	23	(151.049)	(124.825)
Impostos, taxas e contribuições		(1.874.503)	(1.495.873)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(806.776)	(507.276)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(382.714)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		(235.760)	(166.421)
Retenção de lucro/prejuízo		1.123.548	654.925
Outros acionistas que não a Cielo		(188.035)	(141.167)
Valor adicionado distribuído		<u>(3.437.340)</u>	<u>(2.615.307)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como, a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto (“joint ventures”), que junto à Cielo também são designadas como “Grupo Cielo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 07 de janeiro de 2021, após as aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, foi realizada a alienação da totalidade das ações na Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), que representam 40,95% do capital social da Orizon, para Bradseg Participações S.A. pelo valor de R\$ 128.993. Os efeitos da transação geraram uma perda de R\$ 5.868, que foram reconhecidos na rubrica de Outras Despesas/Receitas Operacionais.
- Em 16 de março de 2021, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I (“FIDC Emissor”), constituído por prazo indeterminado, com propósito específico de concentrar a operação de antecipação de recebíveis operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e com capital distribuído em R\$ 2.000.000 de cotas sênior e R\$ 222.922 de cotas subordinadas.
- Em 31 de março de 2021, foi concluída a negociação para a cessão, à Elo Serviços S.A. (“Elo”), em caráter definitivo, de todos os direitos relativos à plataforma de processamento e ao autorizador de transações desenvolvidos pela Cielo para a bandeira Elo. O contrato, no valor total de R\$ 380.000, engloba (i) a licença da plataforma no período de julho de 2017 a março de 2021, no montante de R\$ 187.499, (ii) a atualização monetária da licença no montante de R\$ 14.605 e (iii) a cessão definitiva no montante de R\$ 177.896. O valor foi integralmente recebido na mesma data da conclusão do acordo.

- Em 29 de abril de 2021, foi anunciada a estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais (“FIDC Receba Mais”), com o BNDESPAR para oferta de crédito diversificada. O fundo, com capital distribuído em R\$ 200.000 de cotas seniores e R\$ 42.294 de cotas subordinadas, terá como objetivo a expansão do crédito para micro, pequenas e médias empresas e para empresários individuais, focando no combate aos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus.
- Em 04 de maio de 2021, foi disponibilizado aos usuários do aplicativo Whatsapp a possibilidade de realizar transações de transferência dentro da plataforma. Por meio da solução será possível fazer transferências entre contas 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano, além de acompanhar o histórico de transações. Para fazer transferências, será necessário cadastrar um cartão de débito, pré-pago ou múltiplo, de um dos emissores participantes diretamente no WhatsApp. A Cielo participa da iniciativa como credenciadora responsável pela captura e processamento das transações realizadas através do WhatsApp.
- Em 13 de maio de 2021, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II (“FIDC Emissor II”), constituído por prazo indeterminado, com propósito específico de adquirir direitos creditórios oriundos das transações de pagamentos operacionalizadas no sistema de adquirência da Cielo e com capital distribuído em R\$ 4.500.000 de cotas seniores e R\$ 450.000 de cotas subordinadas.
- Em 07 de junho de 2021, entrou em vigor a regulamentação do Banco Central do Brasil relacionada à implementação do novo sistema de registro de recebíveis de cartões. A partir desta data, os recebíveis passaram a ser registrados em entidades registradoras, permitindo que os estabelecimentos comerciais tenham maior acesso a crédito, por meio da negociação de seus recebíveis com diversos participantes de mercado. Os sistemas e a operação da Cielo foram adaptados para a nova regulamentação, contudo a implementação do novo sistema de registro de recebíveis é complexa e altera de forma estrutural o funcionamento do mercado. Em virtude de não ter ocorrido a plena integração de todos os participantes do mercado, de forma completa, a Companhia tem monitorado os ajustes ainda necessários e está empenhada em atender a todos os requisitos aplicáveis para a completude do processo.
- Em 27 de julho de 2021, o FIDC Cielo amortizou R\$ 3.060.935 em cotas seniores detidas por terceiros
- Em 04 de agosto de 2021, foram antecipados os pagamentos da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, que possuíam vencimento em 18 de junho de 2022, no valor de R\$ 3.016.627.
- Em 13 de agosto de 2021, foi celebrado o contrato para a alienação da totalidade das ações na Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) pelo valor de até R\$ 185.000, sendo que R\$ 125.000 se refere a uma parcela fixa paga na data de fechamento e de até R\$ 60.000 referente a parcela variável. A conclusão da operação ocorreu em 03 de novembro de 2021 e os efeitos da transação geraram uma perda de R\$ 75.341, que foram reconhecidos na rubrica de Outras Despesas/Receitas Operacionais.
- Em 31 de dezembro de 2021, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 241.171 (R\$ 1.362.954 de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro).

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA Inc (“Cielo USA”), o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da MerchantE, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco

recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a MerchantE manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a MerchantE é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a clientes

Contas a pagar a clientes

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a

vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e quando houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins

de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.13 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.15 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas (apurado com base na média dos últimos 30 pregões, no caso de ações restritas) e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.16 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

Custo amortizado

São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor de mercado dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor de mercado de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “hedge” de fluxo de caixa ou um “hedge” de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um “hedge” de valor justo, o objeto e o instrumento de “hedge” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor de mercado ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de valor justo são reconhecidas na linha de Resultado Financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.18 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração a vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem

valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos acionistas da Companhia e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo. Mudanças de participação societária em investimentos em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transação de capital entre sócios, e qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto, diretas e indiretas, e fundos de investimentos:

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2021	31/12/2020
Participação direta em Controladas e fundos:		
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	88,48	37,30
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor")	10,63	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	09,94	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais ("FIDC Receba Mais")	56,82	-
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FICs")	100,00	100,00
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	-	100,00

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2021	31/12/2020
Participação indireta em Controladas:		
Merchant e-Solutions, Inc. ("MerchantE")	100,00	100,00
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	-	100,00
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	-	40,95
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	-	40,95
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	-	40,95

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos de disponibilidades, aplicações no mercado aberto e instrumentos financeiros equivalentes a caixa apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	350.104	129.826
Aplicações no mercado aberto	190.628	280.626
Instrumentos financeiros equivalentes caixa	4.799.471	3.096.789
Total	5.340.203	3.507.241

O detalhamento de cada grupo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado abaixo:

Disponibilidades

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos:		
Em moeda nacional	174.912	25.555
Em moeda estrangeira	175.192	104.271
Total	350.104	129.826

Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía saldos de aplicações no mercado aberto.

	Faixa de vencimento	Total	
	0 - 30	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em moeda estrangeira	176.072	176.072	213.543
Compromissadas	14.556	14.556	67.083
Total	190.628	190.628	280.626

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 – Resultado financeiro.

Instrumentos financeiros equivalentes a caixa

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa é demonstrado conforme abaixo:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	31/12/2021					31/12/2020	
	Faixa de vencimento			Total		Total	
	0 - 30	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantidos para Negociação							
Títulos públicos	-	-	-	-	-	11.067	11.067
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	11.067	11.067
Títulos privados	4.738.211	50.672	10.588	4.799.471	4.796.653	3.085.722	3.082.581
Cotas de fundos de investimento	4.690.595	-	-	4.690.595	4.688.276	3.000.689	2.997.611
Certificado de Depósito Bancário - CDB	6.387	50.672	-	57.059	56.562	6.794	6.788
Letras Financeiras - LF	-	-	10.588	10.588	10.588	31.017	31.017
Outros	41.229	-	-	41.229	41.227	47.222	47.165
Total	4.738.211	50.672	10.588	4.799.471	4.796.653	3.096.789	3.093.648

⁽¹⁾ O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. As aplicações, por mais que os papéis possuam vencimentos acima de 90 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem nenhuma forma de restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 – Resultado financeiro.

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo:		
Instrumentos financeiros derivativos (a)	34.815	-
Demais instrumentos financeiros (b)	485.678	696.618
Total	520.493	696.618
 Total circulante	 246.082	 238.726
Total não circulante	274.411	457.892
 Passivo:		
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	2.079
Total	-	2.079

a. Instrumentos financeiros derivativos

Conforme política interna de derivativos, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor dos passivos e/ou dos ativos expostos a riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui instrumentos "Non Deliverable Forward - NDF" no valor total nocional de US\$ 67.807 mil (US\$ 73.700 mil em 31 de dezembro de 2020) com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e principal "bullet" com vencimento até novembro de 2022.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

O valor justo a receber (ativo) dos instrumentos financeiros "NDF" em 31 de dezembro de 2021

é R\$ 34.815 e a pagar (passivo) de R\$ 2.079 em 31 de dezembro de 2020.

b. Demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a posição de outros instrumentos financeiros é:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Vencimento		Total		Total	
	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantido até o Vencimento						
Títulos de renda fixa no exterior	188.492	-	188.492	188.492	175.498	175.498
Debêntures	-	6.350	6.350	6.350	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	88.328	88.328	88.328	84.567	84.567
Letras Financeiras - LF	22.775	179.733	202.508	202.508	359.006	359.006
Outros	-	-	-	-	77.547	77.547
Total	211.267	274.411	485.678	485.678	696.618	696.618

Título de renda fixa no exterior - Como parte da estrutura para proteção da variação cambial dos "Bonds", a Cielo contratou uma aplicação financeira em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil de Nova York no montante de US\$ 33.630 mil a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. com vencimento em 14 de novembro de 2022. Esta aplicação, em conjunto com as "NDFs" descritas no item anterior, protegem as oscilações decorrentes da variação cambial dos "Bonds".

c. Ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	31/12/2021		31/12/2020		Critério de mensuração	Nível de Valor Justo
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Contas a receber operacionais	79.852.956	79.852.956	70.975.686	70.975.686	Custo amortizado	2
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	520.493	520.493	696.618	696.618	Valor justo por meio do resultado	2
Outros valores a receber	122.247	122.247	121.674	121.674	Custo amortizado	2
Total de ativos financeiros	80.495.696	80.495.696	71.793.978	71.793.978		
Contas a pagar a clientes	69.530.057	69.530.057	61.770.336	61.770.336	Custo amortizado	2
Empréstimos e financiamentos	6.295.104	6.295.104	8.944.612	8.944.612	Custo amortizado	2
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.079	2.079	Valor justo por meio do resultado	2
Fornecedores	356.796	356.796	640.868	640.868	Custo amortizado	2
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	7.272.612	7.272.612	3.049.664	3.049.664	Custo amortizado	2
Outras obrigações	997.345	997.345	887.290	887.290	Custo amortizado	2
Arrendamentos a pagar	48.310	48.310	78.085	78.085	Valor justo por meio do resultado	2
Total de passivos financeiros	84.500.224	84.500.224	75.372.934	75.372.934		

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A Companhia aplica a IFRS 09 – Instrumentos Financeiros e IFRS 13 mensuração ao valor justo. Os ativos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- *Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.*
- *Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.*
- *Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo.*

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para as aplicações em CDB e em fundos de investimentos, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc) e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos e financiamentos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas previstas em contrato.
- **Contas a pagar e recebíveis:** O valor justo de Contas a receber operacionais, Outros valores a receber, Fornecedores e Outras obrigações estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.
- **Fundos de investimentos em direitos creditórios:** Sob condições normais, o valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.

- **Instrumento financeiro derivativo:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3.
- **Arrendamentos a pagar:** O valor justo do arrendamento a pagar foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento.

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, ou por meio da aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Fundos

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC NP") iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis, voltando a operar com novas aquisições a partir desta data.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus") iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Os rendimentos das cotas seniores são pagos semestralmente e mantém índice de subordinação mínima de 20%.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais ("FIDC Receba Mais"), iniciou suas atividades em 29 de abril de 2021 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo determinado de 6 anos, podendo ser prorrogado mediante deliberação dos Cotistas em Assembleia Geral. Os rendimentos das cotas seniores do FIDC Receba Mais são pagos mensalmente com índice de subordinação mínima de 15%.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I"), iniciou suas atividades em 16 de março de 2021 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Os rendimentos das cotas seniores são pagos semestralmente e mantem índice de subordinação mínima de 10%.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II"), iniciou suas atividades em 13 de maio de 2021 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Os rendimentos das cotas seniores são pagos semestralmente, com índices de subordinação mínima de 9,1%.

Os direitos creditórios dos *FIDCs* são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*". A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos

creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio dos *FIDCs* em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	57.285	29.339	29.339	-
FIDC Plus	346.278.618	5.370.187	4.751.723	618.464
Sênior	600.000	618.464	-	618.464
Subordinada	345.678.618	4.751.723	4.751.723	-
FIDC Receba Mais	242.294	72.043	40.937	31.106
Sênior	200.000	31.106	-	31.106
Subordinada	42.294	40.937	40.937	-
FIDC Emissor I	2.222.223	2.293.737	243.926	2.049.811
Sênior	2.000.000	2.049.811	-	2.049.811
Subordinada	222.223	243.926	243.926	-
FIDC Emissor II	4.965.131	5.060.505	502.812	4.557.693
Sênior	4.500.000	4.557.693	-	4.557.693
Subordinada	465.131	502.812	502.812	-
Total	353.765.551	12.825.811	5.568.737	7.257.074

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 seguem:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC NP	29.487	148	29.339	41.427	103	41.324
FIDC Plus	5.371.989	1.802	5.370.187	4.851.691	555	4.851.136
FIDC Receba Mais	72.260	217	72.043	-	-	-
FIDC Emissor I	2.293.744	7	2.293.737	-	-	-
FIDC Emissor II	5.060.528	23	5.060.505	-	-	-
Total	12.828.008	2.197	12.825.811	4.893.118	658	4.892.460

As demonstrações de resultado dos fundos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são apresentadas a seguir:

	Exercício					
	31/12/2021					
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Receba Mais	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total
Receita - Direitos creditórios	6.281	421.902	972	-	-	429.155
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	-	104.890	202.352	307.242
Receitas financeiras	848	60.392	7.168	21.348	45.915	135.671
Despesas financeiras	(739)	(2.939)	(383)	(876)	(546)	(5.483)
Outras despesas operacionais	(18.375)	(1.126)	(1.042)	(774)	(841)	(22.158)
Lucro/(prejuízo) do exercício	(11.985)	478.229	6.715	124.588	246.880	844.427
Remuneração – Cota Sênior	-	86.509	8.071	102.886	209.132	406.598
Remuneração – Cota Subordinada	(11.985)	391.720	(1.356)	21.702	37.748	437.829

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

Exercício						
31/12/2020						
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Receba Mais	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total
Receita - Direitos creditórios	13.417	522.494	-	-	-	535.911
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	775	49.483	-	-	-	50.258
Despesas financeiras	-	(15.698)	-	-	-	(15.698)
Outras despesas operacionais	(29.698)	(1.085)	-	-	-	(30.783)
Lucro/(prejuízo) do exercício	(15.506)	555.194	-	-	-	539.688
Remuneração – Cota Sênior	-	94.548	-	-	-	94.548
Remuneração – Cota Subordinada	(15.506)	460.646	-	-	-	445.140

7 Contas a receber operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de emissores (a)	78.917.815	70.295.050
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	24.785	12.214
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (c)	197.082	165.161
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (d)	713.274	542.177
Outras contas a receber	122.247	82.758
Total	79.975.203	71.097.360
Circulante	79.946.126	71.074.963
Não circulante	29.077	22.397

- (a) Corresponde aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já liquidos das antecipações e cessões com bancos emissores.
- (b) Corresponde a saldos a receber registrados na controlada MerchantE. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela MerchantE até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à MerchantE os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (d) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard.

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	79.946.126	71.074.963
Vencidos até 45 dias	29.077	22.397
Total	79.975.203	71.097.360

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.793	(28.116)
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(8.770)	9.559
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	156.192	51.500
Benefício fiscal de P&D	4.094	4.946
Equivalência patrimonial	207	(764)
Diferença de Alíquota de Imposto de Renda EUA	(17.313)	(11.737)
Venda M4U - Impacto Fiscal	16.589	-
Efeito do ágio - não amortizado (inedutível)	(43.904)	-
Constituição Diferido Stelo	9.487	-
Efeito prejuízo fiscal Stelo	-	(38.426)
Efeito fiscal sobre redução ao valor recuperável de ágio (a)	(463.404)	(332.586)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	3.990	(1.714)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(342.832)</u>	<u>(319.222)</u>
Correntes	(479.295)	(397.643)
Diferidos	136.463	78.421

(a) Efeito fiscal sobre redução ao valor recuperável de ágio: Em 31 de dezembro de 2021, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição da MerchantE no montante de R\$ 1.362.954, conforme descrito na nota explicativa 12 a).

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente ineditíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos	727.848	610.917
Provisão para despesas diversas	334.124	335.084
Prejuízo fiscal e base negativa	76.662	93.678
Provisões para perdas	92.486	122.719
Outros	54.185	-
Total	<u>1.285.305</u>	<u>1.162.398</u>

Conforme melhor estimativa da Administração, parte dos créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 480.795 serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 804.510, será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto

em relação a 45,42% das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 16.

c. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	125.828	257.700
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	45.985	25.473
Imposto Sobre Serviços – ISS	14.856	49.547
Programa de Integração Social - PIS	9.762	5.431
Outros tributos a recolher	22.608	20.945
Total	<u>219.039</u>	<u>359.096</u>

9 Investimentos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em controladas em conjunto	-	121.915
Ágio na aquisição de investimentos	-	10.143
Total	<u>-</u>	<u>132.058</u>

Os ágios decorrentes de investimentos em empreendimentos controlados em conjunto estão incluídos no valor contábil do investimento. Os demais ágios gerados pela aquisição de controladas são reconhecidos no ativo intangível (vide nota explicativa 12).

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e MerchantE, foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2021 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, os resultados dessas empresas se referem ao período de doze meses findo em 30 de novembro de 2021.

As principais informações sobre as controladas em conjunto referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

31/12/2021									
% de Participação							31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro (Prej.) operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas em conjunto:									
Orizon (a)	40,95	-	-	-	12.367	3.654	200	1.643	673
Paggo (b)	50,00	-	340	(340)	-	-	(130)	(130)	(65)
Total								608	-

31/12/2020									
% de Participação							31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro (Prej.) operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas em conjunto:									
Orizon (a)	40,95	341.804	29.689	312.076	127.942	29.585	(9.828)	(5.349)	(2.190)
Paggo (b)	50,00	130	339	(209)	-	-	(112)	(113)	(57)
Total								(2.247)	121.915

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em 2021 a participação na Orizon foi alienada, conforme descrito na nota explicativa 1 – Contexto Operacional.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Paggo apresenta patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Diversas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ágios gerados na aquisição de investimentos em controladas em conjunto estão registrados na rubrica de investimentos, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Orizon	-	10.143
Total	<u>-</u>	<u>10.143</u>

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	136.371
Dividendos recebidos:	
Orizon	(2.124)
Resultado com equivalência patrimonial	(2.247)
Provisão/Reversão para obrigações com investidas (*)	58
Saldo em 31 de dezembro de 2020	132.058
Venda de participação – Orizon	(132.601)
Resultado com equivalência patrimonial	608
Provisão/Reversão para obrigações com investidas (*)	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações.

10 Imobilizado

		31/12/2021			31/12/2020
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.760.258	(968.883)	791.375	793.371
Equipamentos de processamento de dados	20	288.609	(183.829)	104.780	115.266
Máquinas e equipamentos	10 - 20	60.548	(27.452)	33.096	19.652
Instalações	10	75.880	(39.872)	36.008	48.323
Móveis e utensílios	10	10.344	(5.245)	5.099	8.846
Veículos	20	1.424	(631)	793	1.298
Total		2.197.063	(1.225.912)	971.151	986.756

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	Alienação Multidisplay	31/12/2021
Equipamentos de captura de transações	793.371	362.730	-	(90.949)	(273.786)	9	-	791.375
Equipamentos de processamento de dados	115.266	31.589	220	(6.439)	(34.828)	330	(1.358)	104.780
Máquinas e equipamentos	19.652	17.265	(220)	-	(4.819)	2.194	(976)	33.096
Instalações	48.323	11.515	-	(11.628)	(7.344)	-	(4.858)	36.008
Móveis e utensílios	8.846	1.357	-	(2.997)	(1.009)	-	(1.098)	5.099
Veículos	1.298	-	-	(170)	(310)	-	(25)	793
Total	<u>986.756</u>	<u>424.456</u>	<u>-</u>	<u>(112.183)</u>	<u>(322.096)</u>	<u>2.533</u>	<u>(8.315)</u>	<u>971.151</u>

	31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2020
Total	<u>881.384</u>	<u>419.445</u>	<u>-</u>	<u>(56.313)</u>	<u>(262.371)</u>	<u>4.611</u>	<u>986.756</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 60.847 e R\$ 31.149, respectivamente.

11 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

A movimentação do ativo de bens de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2019	79.667
Adições	5.537
Amortizações	(16.313)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	68.891
Adições	7.464
Amortizações	(8.898)
Baixas	(25.757)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	41.700

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Saldo em 31 de Dezembro de 2019	88.159
Registro de contratos de arrendamento a pagar	4.043
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(173)
Pagamento de aluguel	(18.795)
Despesa financeira	4.851
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	78.085
Registro de contratos de arrendamento a pagar	8.532
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(618)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(28.878)
Pagamento de aluguel	(10.987)
Despesa financeira	2.176
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	48.310
Circulante	9.613
Não Circulante	38.697

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2022	11.795
2023	8.899
2024	8.460
2025	7.709
2026	6.731
Acima de 5 anos	12.248
Total	55.842
Juros e Ajuste a Valor Presente	(7.532)
Passivo de Arrendamento	48.310

12 Intangível

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ágio na aquisição de investimentos	212.100	1.477.388
Outros ativos intangíveis	9.734.557	10.412.795
Total	9.946.657	11.890.183

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Multidisplay	-	24.790
Braspag	25.966	25.966
MerchantE	186.134	1.426.632
Total	212.100	1.477.388

Alienação de participação – Multidisplay

Em 03 de novembro de 2021, após as aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) pelo valor de até R\$ 185.000, sendo que R\$ 125.000 se refere a parcela fixa paga na data de fechamento e de até R\$ 60.000 referente a parcela variável, sujeita à verificação de determinadas premissas. A conclusão da operação ocorreu em 03 de novembro de 2021 e os efeitos da transação geraram uma perda de R\$ 75.341, que foram reconhecidos na rubrica de Outras Despesas/Receitas Operacionais, conforme descrito na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional.

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Companhia adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$25.966, foi reconstituído na Companhia conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do ágio líquido do aproveitamento do respectivo benefício fiscal é R\$ 25.966 (R\$

25.966 em 31 de dezembro de 2020).

Aquisição do controle – MerchantE

Em agosto de 2012, a Companhia concluiu a aquisição, por meio da sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da MerchantE, sendo que o valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA incluiu o reconhecimento de ágio inicial na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado pela diferença entre o valor justo total, no montante de R\$ 627.581, e o preço de aquisição no montante de R\$ 1.365.256 somado ao saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos de R\$ 81.200. Em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio no montante de US\$ 190.100 (R\$ 978.183 de acordo com a taxa média do dólar). Em 31 de dezembro de 2021, após a realização do teste anual de *impairment*, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio no montante de US\$ 241.171 (R\$ 1.362.954 de acordo com a taxa média do dólar no mês de dezembro). O valor do ágio atualizado, em reais, em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 186.134 (R\$ 1.426.632 em 31 de dezembro de 2020). A variação do saldo consolidado do ágio no exercício decorre de oscilação do dólar e do reconhecimento da redução ao valor recuperável, conforme mencionado na Nota Explicativa 20 – Despesas por Natureza.

A movimentação do saldo de ágio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.925.414
Redução ao valor recuperável	(978.183)
Variação cambial	534.258
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(4.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.477.388
Redução ao valor recuperável	(1.362.954)
Baixa do ágio – Multidisplay	(24.790)
Variação cambial	122.456
Saldo em 31 de dezembro de 2021	212.100

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(2.635.844)	8.936.156	9.321.889
Software (b)	6,66 - 20	2.120.386	(1.428.863)	691.523	828.454
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.324.294	(1.252.729)	71.565	194.327
Desenvolvimento de projetos (d)	20	51.670	(17.402)	34.268	66.880
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	-	-	-	175
Contratos de serviços	8 - 20	971	-	971	996
Marcas (f)	10	74	-	74	74
Total		15.069.395	(5.334.838)	9.734.557	10.412.795

- (a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Catenos os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)

na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

- (b) **Software** - Refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da MerchantE, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia "Income Approach" considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo "churn rate", utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **MerchantE** - A carteira de clientes da MerchantE foi classificada em três principais grupos: "e-commerce", "bank customer" e "B2B/Outros". Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia "Excess Earnings", respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras "e-commerce" e "bank customer" e 11% para "B2B/Outros". A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atingiu aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
 - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** - Corresponde ao subsídio pago pela Companhia e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam a incrementar a receita da Companhia e de suas Controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **MerchantE** - Com relação ao acordo de não competição, a MerchantE firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliadas pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	31/12/2020	Adições	Transferências	(Baixas)/ reversões	Amortizações	Variação cambial	Alienação Multidisplay	31/12/2021
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.321.889	-	-	-	(385.733)	-	-	8.936.156
Software	828.454	232.437	23.838	(111.311)	(259.637)	21.725	(43.983)	691.523
Relacionamento com clientes	194.327	1.692	-	-	(126.807)	2.353	-	71.565
Desenvolvimento de projetos	66.880	27.040	(23.838)	(16.238)	(2.945)	(87)	(16.544)	34.268
Acordo de não competição	175	-	-	-	-	(175)	-	-
Contratos de serviços	996	-	-	-	-	(25)	-	971
Marcas	74	-	-	-	-	-	-	74
Total	10.412.795	261.169	-	(127.549)	(775.122)	23.791	(60.527)	9.734.557

	31/12/2019	Adições	(Baixas)/ reversões	Amortizações	Variação cambial	31/12/2020
Total	10.949.664	322.433	(27.597)	(965.835)	134.130	10.412.795

Em março de 2021, houve o reconhecimento da baixa da plataforma NewElo, devido à venda à Elo Serviços S.A., em caráter definitivo, de todos os direitos relativos à plataforma de

processamento e ao autorizador de transações desenvolvidos pela Cielo para a bandeira Elo. Em setembro de 2021, foi celebrada a cessão dos direitos relacionados à plataforma de operação do aplicativo de carteira digital “Bitz” à Bitz Serviços Financeiros S.A. (“Bitz”), pelo montante de R\$ 21.900. O reconhecimento da baixa da plataforma Bitz foi de R\$ 14.253 (resultado da venda líquido de impostos R\$ 5.047).

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

13 Contas a pagar a clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a pagar a clientes (a)	69.223.234	61.590.049
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	244.038	49.065
Cauções de clientes (c)	62.785	131.222
Total	<u>69.530.057</u>	<u>61.770.336</u>

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, liquidados da remuneração dos serviços prestados pela Companhia e bancos emissores.
- (b) Representados por valores devidos pela controlada MerchantE a seus estabelecimentos comerciais, referentes à transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) A controlada MerchantE requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Companhia em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Companhia estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures privadas (a)	3.422.466	3.360.718
Debêntures públicas (b)	-	2.886.634
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (c)	2.805.052	2.607.237
Financiamento de P&D	67.586	90.023
Total	<u>6.295.104</u>	<u>8.944.612</u>
Circulante	2.912.802	40.960
Não circulante	3.382.302	8.903.652
Total	<u>6.295.104</u>	<u>8.944.612</u>

- (a) **Debêntures Privadas**
Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("DI"), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

		Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$2.237.125. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI.

Em 04 de agosto de 2021, foram antecipados os pagamentos da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, que possuíam vencimento em 18 de junho de 2022 no montante de R\$ 3.016.627.

(c) Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “Bonds” da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

A Companhia e suas controladas cumpriram o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.245.635
Novas captações	6.097.196
Pagamento de principal	(7.143.479)
Variação cambial (principal e juros)	788.882
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	5.278
Juros provisionados e encargos apropriados	249.119
Juros pagos	(309.679)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(22.040)
Amortização de custos de emissão de dívidas	33.700
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.944.612
Pagamento de principal	(2.922.495)
Variação cambial (principal e juros)	196.908
Juros provisionados e encargos apropriados	313.666
Juros pagos	(255.247)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(7.652)
Amortização de custos de emissão de dívidas	25.312
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.295.104

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2021, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	
2023	3.359.678
2024	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	3.382.234
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	68
Total	3.382.302

15 Outras obrigações

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante:		
Provisão para despesas diversas	207.553	141.265
Programa de participação nos resultados - PLR	140.446	132.337
Provisões sobre folha de pagamento	91.750	117.314
Outros valores a pagar (a)	532.777	481.255
Total	972.526	872.171
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	16.164	14.113
Provisão para despesas diversas	8.655	1.006
Total	24.819	15.119

(a) Saldo substancialmente composto por gastos relacionados às controladas: (i) Cateno referente ao embossing e postagem de cartões e (ii) à MerchantE no que tange ao processamento de transações e fees pagos a parceiros comerciais e bancos.

16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas Controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas Controladas, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributárias (a)	1.715.000	320.113	(11.356)	9.731	-	2.033.488
Cíveis (b)	54.070	48.031	(21.917)	10.595	(35.215)	55.564
Trabalhistas (c)	69.649	23.521	(14.565)	7.540	(16.706)	69.439
Total	1.838.719	391.665	(47.838)	27.866	(51.921)	2.158.491

	31/12/2019	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Total	1.830.747	118.591	(83.317)	22.829	(50.131)	1.838.719

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas" e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

b. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Tributários (a)	1.555.300	-	(481)	1.554.819
Trabalhistas (b)	18.085	2.717	(7.978)	12.824
Cíveis (c)	5.602	4.273	(875)	9.000
Total	1.578.987	6.990	(9.334)	1.576.643

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Total	1.594.140	14.977	(30.130)	1.578.987

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destacam-se a seguir:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - A Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS - com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes -, a Companhia decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos. O mandado de segurança permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- **ISS (LC 157/16)** - Em decorrência das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/2016 quanto ao local de recolhimento do ISS, e posteriormente suspensas por liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), a Companhia constituiu provisão para

riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação durante o período de vigência da lei. Em 31 de dezembro de 2021, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 316.971 (R\$ 23.757 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia e suas Controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e de suas Controladas.

(b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração da Companhia e de suas Controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e de suas Controladas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

(c) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-empregados da Companhia e de suas Controladas e também por ex-empregados de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. A Companhia e suas Controladas avaliam periodicamente a efetividade da provisão constituída com base nos processos encerrados.

As ações propostas por ex-empregados de fornecedores da Companhia são custeadas, via de regra, pelas próprias empresas que, por sua vez, também respondem pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na eventualidade da Companhia e de suas Controladas realizarem pagamentos em razão desses processos, a Companhia tem processo interno de compensação ou reembolso desses valores perante as empresas terceirizadas.

A Administração da Companhia e de suas Controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 54,58% de referidas provisões ocorrerá em até 5 anos, e 45,42% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

c. Passivos contingentes classificados como perda possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas Controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	714.971	732.476
Cíveis	365.908	229.220
Trabalhistas	103.919	81.313
Total	1.184.798	1.043.009

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** - Em fevereiro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos em 2015 a título de participação nos lucros dos colaboradores e das opções de compra de ações ("*Stock Options*"), no montante atualizado de R\$ 65.981. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.
- **IRPJ/CSLL** - Em dezembro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de forma indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real entre os anos de 2015 e 2016, no montante atualizado de R\$ 447.974. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.
- **PIS/Cofins** - Em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de PIS e Cofins à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis ("*ARV*"), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 723.901. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 5.700.000 representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 é de 2.701.857.763 (2.707.153.769 ações em 31 de dezembro de 2020).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados a remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de

ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 80.657 (R\$ 71.156 em 31 de dezembro de 2020).

c. Transações de capital entre sócios

	31/12/2021	31/12/2020
Ágio Multidisplay 2016	-	82.284
Ágio Multidisplay 2020	-	26.157
Total	-	108.441

Conforme descrito na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 13 de agosto de 2021, foi celebrado o contrato para a alienação da totalidade das ações na Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) pelo valor de até R\$ 185.000, sendo que R\$ 125.000 se refere a uma parcela fixa paga na data de fechamento e de até R\$ 60.000 referente a parcela variável. A conclusão da operação ocorreu em 03 de novembro de 2021 e os efeitos da transação geraram uma perda de R\$ 75.341, que foram reconhecidos na rubrica de Outras Despesas/Receitas Operacionais.

d. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 25 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações ("Programa"), por meio do qual a Companhia foi autorizada a adquirir até 7.032.041 (sete milhões, trinta e duas mil e quarenta e uma) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, com prazo de vigência de 06 de abril de 2021 a 12 de abril de 2021, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado na data mencionada acima.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações (9.661.292)	Valor (84.815)	Custo médio R\$ por ação 8,78
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Exercício de Ações Restritas:			
Fevereiro	724.864	6.364	8,78
Março	152.572	1.339	8,78
Maio	495.922	3.268	6,59
Julho	362.677	2.390	6,59
Recompra de ações - Abril	(7.032.041)	(27.124)	3,76
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.957.298)	(98.578)	6,59

e. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e benefícios pós emprego, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial sobre investimento no exterior	915.549	901.075
Resultado com instrumentos de “hedge” (“bonds”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(546.262)	(546.262)
Resultado com instrumentos de “hedge” (“NDF”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Benefício pós emprego, líquido	(2.015)	(2.916)
Total	356.627	341.252

f. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com as regras contábeis do BACEN. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.140.000 (R\$ 1.140.000 em 31 de dezembro de 2020), sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

g. Reserva de lucros - Orçamento de capital

O orçamento de capital terá como finalidade o fortalecimento do capital de giro da Companhia, conferindo maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) a viabilizar a expansão para o ano fiscal de 2021 do volume pago de forma antecipada em até dois dias aos estabelecimentos comerciais clientes da Cielo decorrente de transações de cartão de crédito à vista e a prazo capturados pela Companhia; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 2.919.633 em 31 de dezembro de 2021 e 3.884.096 em 31 de dezembro de 2020.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2022 serão apreciados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada 27 de abril de 2022.

h. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 22 de dezembro de 2020 e 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio e pagamento de dividendos, relativos ao exercício de 2020, nos montantes de R\$ 151.470 e R\$ 166.421, respectivamente, que foram pagos em 17 de fevereiro de 2021.

Em reunião realizada em 26 de abril o Conselho de Administração da Companhia aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 85.151 referente ao primeiro trimestre de 2021, sendo que os proventos foram pagos em 13 de maio de 2021. Além disso, a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao segundo trimestre de 2021, no montante de R\$ 63.676, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 02 de agosto de 2021, sendo o seu pagamento realizado em 19 de agosto de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2021, foi aprovado o pagamento dos juros sobre capital próprio do terceiro trimestre de 2021, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 74.802, que foi pago em 26 de novembro de 2021.

Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2021, foi aprovado o pagamento dos juros sobre capital próprio do quarto trimestre de 2021, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 235.760, que foram pagos em 11 de fevereiro de 2022.

i. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

j. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Em consonância com as regras aplicáveis do Banco Central, para fins societários, as informações financeiras oficiais da Companhia refletem as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O patrimônio líquido e o lucro líquido apresentados no critério COSIF diferem dos livros IFRS conforme apresentado na sequência:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em COSIF	9.890.589	9.490.854	1.158.490	631.513
Ágios em controladas no exterior (a)	186.134	1.426.632	(1.362.958)	(978.193)
Saldo não amortizado de ágio na MerchantE	186.134	173.333	-	-
Impairment de ágio Cielo USA	-	1.253.299	(1.362.958)	(978.193)
Realização de saldo de ágio na venda da Multidisplay (b)	-	(25.859)	(82.581)	297
Outros (c)	21.616	51.475	(29.990)	(956)
Saldos em IFRS	10.098.339	10.943.248	(317.039)	(347.338)

(a) Diferença de prática contábil no registro de ágios. Em IFRS é mantido a valor histórico e em COSIF amortizado pelo prazo estimado do benefício. Em ambos, são avaliados a recuperabilidade, ao menos, uma vez a cada exercício.

(b) Realização do saldo do ágio em transações de capital entre sócio registrado no Patrimônio Líquido em IFRS de R\$ 108,4 milhões, líquido da parcela não amortizada de R\$ 25,9 milhões.

(c) Refere-se impactos da aplicação do IFRS 16 - Arrendamento, e saldos de ágios não amortizados em controladas.

18 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas

Ações em 31 de dezembro de 2020	2.707.153.769
Exercício de Ações Restritas:	
Fevereiro	724.864
Março	152.572
Maio	495.922
Julho	362.677
Recompra de ações - Abril	(7.032.041)
Total	<u>2.701.857.763</u>

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro/(Prejuízo) por ação básico

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido disponível para as ações ordinárias	(505.074)	(347.338)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>2.708.921</u>	<u>2.709.907</u>
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) - Básico	(0,18645)	(0,12817)

Lucro/(Prejuízo) por ação diluído

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido disponível para as ações ordinárias	(505.074)	(347.338)
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.708.921	2.709.907
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	12.118	8.442
Total (em milhares)	<u>2.721.039</u>	<u>2.718.349</u>
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) - diluído	(0,18562)	(0,12778)

19 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional bruta	13.125.170	12.273.441
Impostos sobre serviços	(1.439.730)	(1.087.428)
Total	<u>11.685.440</u>	<u>11.186.013</u>

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

20 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(1.181.413)	(1.064.148)
Depreciações e amortizações	(1.106.112)	(1.230.822)
Serviços profissionais	(218.039)	(333.680)
Gastos com aquisição (a)	(6.196.799)	(5.592.198)
Gastos com prospecção de clientes (b)	(375.736)	(580.896)
Custo com créditos de celulares em controlada	(958.608)	(1.245.662)
Outras, líquidas	(1.545.545)	(1.280.843)
Total	(11.582.252)	(11.328.249)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(8.287.260)	(8.071.148)
Despesas com pessoal	(885.169)	(772.533)
Despesas gerais e administrativas	(382.468)	(505.070)
Vendas e marketing	(235.258)	(373.416)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.792.097)	(1.606.082)
Total	(11.582.252)	(11.328.249)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas, marketing e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.

Abaixo demonstramos as outras despesas operacionais, líquidas:

	31/12/2021	31/12/2020
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude (c)	(331.216)	(511.854)
Provisões para contingências (d)	(73.806)	(61.378)
Baixas/provisões para perdas do imobilizado (e)	(119.402)	(86.979)
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (f)	(1.362.954)	(978.183)
Outras	95.281	32.312
Total	(1.792.097)	(1.606.082)

- (c) Perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão para perdas créditos incobráveis adicionados em face de impactos estimados com a implantação do novo sistema de Registro de Recebíveis é de R\$ 46,8 milhões.
- (d) Substancialmente relacionado com a movimentação da expectativa de perdas prováveis em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 16).
- (e) Relacionadas aos valores baixados decorrentes de perdas de equipamentos de captura e com a constituição de provisão para perda de equipamentos POS.
- (f) Em 31 de dezembro de 2021, após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio reconhecido na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 241.171 (R\$ 1.362.954 com base no dólar médio de dezembro de 2021)

21 Compromissos

A Companhia tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Companhia celebrou os seguintes contratos:

Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	310.401
De 1 a 5 anos	313.755
Acima de 5 anos	10.277
Total	<u>634.433</u>

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações, assim como os contratos de telecomunicações e "back office", não preveem multa rescisória.

22 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

A Companhia e suas controladas Servinet, Aliança e Stelo contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em despesas de contribuições no montante de R\$ 6.071 (R\$ 7.956 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 15.041 (R\$ 15.398 em 31 de dezembro de 2020).

As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 5,35% a.a., com índice de inflação de 3,4% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 18% a.a. e aposentadoria aos 60 anos.

Outros benefícios

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, no montante de R\$ 78.636 (R\$ 73.167 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que incluem ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas.

Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

23 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram registrados conforme abaixo:

	Exercício/2021	Exercício/2020
Colaboradores	140.446	112.821
Diretores estatutários	10.603	12.004
Total	151.049	124.825

24 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

A Administração da Cielo inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários.

As despesas registradas no resultado dos períodos da Companhia são como seguem:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	7.182	14.373	21.555	8.480	13.918	22.398
Conselho de administração e fiscal	3.548	-	3.548	2.833	-	2.833
Total	10.730	14.373	25.103	11.313	13.918	25.231

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, líquido de impostos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 25), além de outros benefícios já apresentados em nota explicativa nº 22.

A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal em 2021, aprovada em assembleia realizada em 23 de abril de 2021, é de R\$ 44.050 líquido de encargos sendo: (i) R\$ R\$ 814 líquido de encargos para o Conselho fiscal e (ii) R\$ 43.236 líquido de encargos para os Administradores.

25 Plano de ações restritas

São planos de concessão de ações restritas de emissão da Companhia, implementados com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados; e possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

Todos os diretores estatutários e empregados elegíveis aos Planos são sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante o andamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

Programa	Status	Quantidade de ações				Período da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2019	Ativo	2.419.297	(873.025)	(481.640)	1.064.632	Julho de 2019	6,73	6,73
Ações Restritas 2020	Ativo	5.042.968	(1.382.633)	(595.753)	3.064.582	Julho de 2020	3,94	3,94
Ações Restritas 2021	Ativo	1.945.031	(69.147)	-	1.875.884	Julho de 2021	3,59	3,59
Sócio Cielo 2019	Ativo	995.372	(360.891)	(518.093)	116.388	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	Ativo	2.898.458	(1.041.554)	(617.358)	1.239.546	Março de 2020	7,12	7,12
Sócio Cielo 2021	Ativo	5.440.433	(683.311)	-	4.757.122	Março de 2021	3,89	3,89
Total de Ações		18.741.559	(4.410.561)	(2.212.844)	12.118.154			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi apropriado no resultado o valor líquido dos encargos de R\$ 22.855 (R\$ 13.468 em 31 de dezembro de 2020). O saldo apresentado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, totalizou R\$ 22.862 de ações restritas outorgadas e R\$ 13.361 venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações (R\$ 13.468 e 11.597, respectivamente em 31 de dezembro 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, além dos planos de incentivos baseados em ações, foram registrados incentivos de longo prazo de R\$ 12.651 e R\$ 8.706, respectivamente.

26 Resultado financeiro

	<u>Exercício/2021</u>	<u>Exercício/2020</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	314.645	157.365
Outras receitas financeiras (a)	18.832	9.416
PIS e Cofins	(9.062)	(6.142)
Total	324.415	160.639
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos	(320.345)	(354.769)
Participação de terceiros em fundos de investimentos (cota sênior)	(406.598)	(94.548)
Atualização monetária de contingências	(27.866)	(23.359)
Outras despesas financeiras	(53.678)	(44.350)
Total	(808.487)	(517.026)
Rendimento FIDCs:		
Aquisição de recebíveis (b)	406.582	502.672
Total	406.582	502.672
 Variação cambial, líquida	 (513)	 (29.918)
Total	(78.003)	116.367

- (a) Montante substancialmente decorrente do reconhecimento de R\$ 14,6 milhões (R\$ 14,0 milhões líquido de pis e cofins) de atualização monetária incidente sobre os valores a receber da Bandeira Elo, referente a cessão da plataforma de processamento e do autorizador, acumulada até a data da cessão da mesma. (Evento não recorrente).
- (b) Conforme nota explicativa nº6, receita oriunda dos recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, FIDC NP e FIDC Receba Mais de R\$ 429.155, sendo R\$406.582, líquido de impostos e efeito de consolidação (R\$ 535.911 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 502.672 líquido de impostos e efeito de consolidação).

27 Gestão de Riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular Bacen nº 3.681/13.

a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

O Grupo Cielo adota o conceito de 3 (três) linhas de responsabilidade para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, sendo a 1a. linha representada pela atuação dos gestores das áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas; a 2a. linha representada pela Vice-Presidência de Riscos, *Compliance*, Prevenção e Segurança, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, *compliance*, prevenção a fraudes, prevenção à lavagem de dinheiro, gestão da continuidade de negócios, segurança da informação, privacidade e proteção de dados, gestão de crises e monitoramento da qualidade do ambiente de controles, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e, por fim, a 3a. linha de responsabilidade, representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A Companhia mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo Cielo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 4.1 do Formulário de Referência, ambos documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Companhia (<https://ri.cielo.com.br/>).

b. Gestão de risco de Crédito

A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de disponibilidades, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.340.203	3.507.241
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	520.493	694.539
Contas a receber operacionais	7	79.852.956	70.975.686
Total		85.713.652	75.177.466

Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Cielo, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem vir a descumprir com suas obrigações financeiras junto a Cielo devido à falta de liquidez, falha operacional, inadimplência do portador de cartão, regimes concursais ou outras razões, o que não desobriga a Cielo em realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados. O nível de risco ao qual a Cielo está exposta, depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto

aos emissores e aos credenciadores, sendo que a Companhia avalia e gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Companhia solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um rating interno.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

Rating interno dos emissores	Exigência de Garantia	Exposição total em 31/12/2021	% de Garantia em relação à exposição	Exposição total em 31/12/2020	% de Garantia em relação à exposição
Grupo 1	Não	95,5%	-	97,8%	-
Grupo 2	Sim	4,5%	48%	2,2%	49%
Total do Contas a receber com bancos emissores		100%		100%	

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 74,1% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira. Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do rating interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

A Lei nº 14.031/2020 estabelece que os recursos recebidos pelos participantes nos arranjos de pagamento devem ser destinados para o cumprimento da obrigação de liquidação das transações ao qual se vinculem, entre outros aspectos. Tais alterações promovidas na Lei nº 12.865/2013 ainda não se encontram refletidas nos regulamentos dos arranjos de pagamento quando da divulgação destas informações contábeis de modo que, a depender do regulamento do arranjo, os credenciadores poderiam, em tese, vir a serem responsabilizados pelo inadimplemento de obrigações de terceiros.

Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos

Em sua operação, a Companhia também pode vir a ter risco com Subcredenciadores, com os quais mantém relação comercial, a depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados. A Companhia adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Companhia. Ademais, a Companhia pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias aos mesmos.

Ressalta-se que a Lei nº 14.031/2020 também é aplicável aos Subcredenciadores, na qualidade de participante dos arranjos de pagamentos, os quais devem cumprir, além de outras obrigações, a segregação do fluxo de pagamento.

Diante da crise instalada pela pandemia COVID-19, a partir do 2º trimestre de 2020, o Grupo Cielo passou a adotar critérios mais rigorosos no monitoramento dos Subcredenciadores, bem

como em relação à estratégia de relacionamento, incluindo: maiores restrições para antecipação dos recebíveis, comprovação de liquidação para os estabelecimentos clientes dos Subcredenciadores e novos modelos de garantias.

A representatividade dos subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 corresponde a 5,2% e 5,4%, respectivamente.

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para créditos incobráveis e fraude totalizava R\$ 331.216 (R\$ 511.854 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 20.

Risco de Crédito de Clientes - Chargeback e Vendas diferidas

Os clientes da Companhia devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais, que realizam o pagamento das transações por meio de cartão de crédito ou débito. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Companhia na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Companhia não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Historicamente, os cancelamentos e *chargebacks* ocorrem com mais frequência nas transações em estabelecimentos comerciais que realizam vendas com cartão não presente e vendas diferidas, quando o serviço ou produto não é consumido instantaneamente, mas sim em um momento posterior ao da compra. As vendas diferidas acontecem tipicamente em setores como turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas e as vendas com cartão não presente acontecem tipicamente por meios de canais eletrônicos (*e-commerces*), sendo que a exposição a essas potenciais perdas derivadas de estornos aumenta na medida em que a Companhia fornece soluções de aquisição de recebíveis ou pagamento em ciclo reduzido a esses estabelecimentos.

A crise iniciada pela pandemia da COVID-19 afetou severamente os setores de turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, potencializando os riscos mencionados, em especial em decorrência da edição de medidas provisórias, já convertidas em lei, que prologam os prazos aplicáveis a cancelamentos e *chargebacks* que, atrelado à redução da agenda financeira

destes clientes, pode impossibilitar ou reduzir o débito dos *chargebacks* nas agendas.

Como ações adicionais para fazer frente ao aumento da exposição, a Cielo intensificou o monitoramento, os procedimentos de análise de risco e restringiu as operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* estão demonstrados a seguir:

	Exercício/2021		Exercício/2020	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	5,9%	0,68%	4,5%	0,80%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	12,2%	0,98%	13,7%	0,93%
Bens duráveis e semiduráveis ¹	22,6%	0,03%	21,5%	0,04%
Bens não duráveis ²	34,3%	0,01%	34,9%	0,01%
Serviços e outros	25,0%	0,05%	25,4%	0,07%
Total	100,0%	0,18%	100,0%	0,19%

¹Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

²Bens não duráveis: supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.

³Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

c. **Gestão de Riscos Operacionais**

A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular Bacen nº 3.681/2013 e como melhor prática, a Resolução nº 4.968/2021.

Dada a relevância do setor em que a Companhia desempenha as suas atividades, no decorrer dos últimos anos o Banco Central do Brasil editou diversos normativos relacionados ao mercado de pagamentos. Se a Companhia não cumprir os requisitos legais e regulatórios em vigor, após o devido processo legal, poderá sofrer penalidades, que incluem (i) multas, (ii) advertências, (iii) cassação da licença concedida pelo Bacen e (iv) inabilitação de seus administradores.

Em relação ao risco de fraude das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, a Companhia utiliza um sistema antifraude que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

A implantação do novo sistema de registro de recebíveis, conforme normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional, tem sido um desafio para todos os participantes do mercado e tem gerado impactos em nossos processos de negócio, visto que a nova estrutura é complexa e altera de forma substancial o modelo de mercado até então vigente.

A Cielo vem adotando medidas importantes, reforçando suas estruturas de atendimento e mobilizando recursos para endereçar todas as questões, mitigar riscos e colaborar para o bom funcionamento do sistema como um todo.

d. Gestão de risco de capital

O Grupo Cielo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo Cielo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

A Cielo mantém patrimônio líquido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente ao maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente (vide nota explicativa 17). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

e. Gestão de Risco de liquidez

O Grupo Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia possui um relatório de gestão de risco de liquidez, que tem por objetivo evidenciar essa estrutura, conforme determinado na Circular 3.681/2013 do Banco Central do Brasil, e suas posteriores alterações. Este relatório representa a estrutura de governança e gestão do risco de liquidez vigente, e está disponível no endereço eletrônico de internet da Companhia (<https://ri.cielo.com.br/>).

O índice de endividamento segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.340.203	3.507.241
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos (a)	520.493	694.539
Dívida (b)	(6.295.104)	(8.944.612)
Dívida líquida	(434.408)	(4.742.832)
Patrimônio líquido	13.193.603	14.058.084
Índice de endividamento líquido	3,29%	33,74%

(a) Instrumentos financeiros derivativos compreende a posição do contrato de "NDF", mencionados na nota explicativa 5.

(b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 13.

f. Gestão de Risco de Mercado

Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo Cielo.

A Companhia faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Companhia é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Companhia dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Adicionalmente, o ganho com variação cambial sobre o investimento na Cielo USA (incluindo a MerchantE) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizaram R\$ 14.474 e R\$ 281.692, respectivamente, ambas reconhecidas no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (a)	2.685	6.713	13.425	6.363	15.907	31.815
Patrimônio Líquido (b)	166.551	416.378	832.756	138.999	347.483	694.967

- (i) Cenário de exposição no resultado sobre estrutura de hedge *Bonds*.
 (ii) Cenário sobre investimento em controlada no exterior.

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo Cielo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo Cielo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo Cielo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	10.508	26.270	52.541	(9.046)	(22.614)	(45.228)

28 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Companhia e suas Controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas Controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pelas Controladas Diretas, Indiretas e fundos de investimento.

A Companhia e suas Controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Companhia faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Companhia e suas Controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e Controladas, das operações com partes relacionadas em que a Companhia e suas Controladas participam, bem como as movimentações relativas exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos (Passivos):		
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	204.519	221.676
Contas a receber de emissores (b)	23.328.707	20.808.077
Obrigações por empréstimos (c)	(3.422.466)	(3.360.718)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (j)	(23.095)	(20.356)
Contas a receber com partes relacionadas (d)	24.830	29.907

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas:		
Receitas de aplicações financeiras (a)	7.759	42.192
Receitas de prestação de outros serviços (e)	8.507	38.647
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (f)	53.773	72.938
Outras receitas financeiras (l)	37.292	-

Despesas:		
Despesas financeiras (m)	(159.199)	(127.491)
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação (i)	-	(462)
Outras despesas operacionais (g)	(80.414)	(34.339)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (h)	(36.263)	(28.580)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (j)	(124.468)	(131.336)
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (k)	-	(27.384)

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil;

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujos prazos, encargos e taxas de remuneração foram realizados em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de debêntures privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil
- (d) Corresponde ao reembolso do excedente de gastos da Cateno conforme teto anual baseado em um percentual sobre o volume transacionado, de acordo com o contrato firmado com o Banco do Brasil.
- (e) Correspondem a: (i) compensação pelo Banco do Brasil à Cateno de custos e despesas que ultrapassem um teto anual definido com base em um percentual sobre o volume transacionado pela Cateno no Arranjo Ourocard.
- (f) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos Controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (g) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais prestados pela Stelo para Cielo.
- (h) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de direitos outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (i) Comissão de afiliação, corresponde à despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no exercício.
- (j) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados a partir de 1º de janeiro de 2020 junto aos bancos Controladores Banco do Brasil e Bradesco. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 124.468, sendo que do valor apurado de R\$ 15.389 não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.
- (k) No 2º trimestre de 2020, foi reconhecido um complemento residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384 (evento não recorrente), após um processo

de revisão por empresa especializada da apuração dos contratos encerrados de 2019.

- (l) Corresponde ao valor reconhecido de marcação a mercado dos contratos de derivativos (NDFs) contratados com o Banco Bradesco para proteção do risco de variação cambial sobre os *Bonds* (conforme descrito na nota explicativa 5b).
- (m) Compreende as despesas com as linhas de captação de recursos contratadas com os bancos controladores (Bradesco e Banco do Brasil).

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

Incentivos a bancos domicílio

Até 2019, a Companhia tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Companhia e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Companhia junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Companhia destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

No 2º trimestre de 2020, concluiu-se o processo de revisão por empresa especializada dos incentivos apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019 e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos, resultando em um saldo residual de incentivos de R\$ 27.384 referentes aos anos anteriores, registrados em 2020.

Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos

A Companhia celebrou contratos individuais, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. nos anos de 2020 e 2021, para a prestação de serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Companhia detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco acionista, no papel de emissor, deve fazer à Companhia em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco, na qualidade de portadores de cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de cessão, "*pro rata temporis*", calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Companhia.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Aquisição de Recebíveis (ARV) - Controladas

As Controladas Stelo, Multidisplay e M4Produtos realizam a antecipação de valores vincendos, referentes aos pagamentos que a Companhia deve fazer a essas Controladas em razão das transações de cartões de crédito capturadas e processadas pela Companhia. Essas operações são realizadas com o FIDC Plus com o objetivo de geração de capital de giro de curto prazo.

Contrato para sistema antifraude

A Companhia tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network - VAN")

A Companhia detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "back office" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos ("Bandeiras").

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Escrituração de ações da Companhia

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Companhia firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Companhia.

Serviços operacionais - programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações ("stock options") e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil S.A. celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Direito de exploração do Arranjo Ourocard

Conforme Nota Explicativa nº 12 - Intangível, a Cateno possui, junto ao BB Elo Cartões e ao Banco do Brasil S.A., contratos que regem a exploração do Arranjo Ourocard. Dentre os contratos, há previsão de compensação de custos e despesas associados ao Arranjo Ourocard que ultrapassem um teto anual definido com base em um percentual sobre o volume transacionado.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na B3.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STRs - Sistema de Transferência de Reservas.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com a Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Companhia.

Concessão de pontos Livelô

Contrato firmado com a Livelô S.A. para concessão de pontos Livelô para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Companhia.

Contratos de credenciamento

Contratos celebrados entre a Companhia e sua Controlada Stelo para que a Companhia preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Companhia e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Companhia preste serviços de captura, roteamento, processamento e direcionamento das transações de pagamento referentes aos arranjos de pagamento da Elo, assim como para fornecimento, pela Cielo, de mão de obra específica para o desenvolvimento de projetos de tecnologia pontuais e específicos e o licenciamento da plataforma de processamento das transações para a Elo. Em 31 de março de 2021, foi finalizada a negociação com a Bandeira Elo referente à cessão, pela Cielo para a Bandeira Elo, em caráter definitivo, de todos os direitos relativos à plataforma de processamento e ao autorizador de transações desenvolvidos pela Cielo para a Bandeira Elo.

Licenciamento de plataforma

Contrato firmado entre a Bitz Serviços Financeiros S.A. (Controlada do grupo Bradesco) para o licenciamento da plataforma que permite o cadastramento do cartão de crédito para uso no aplicativo, funções de recebimento por meio da adquirência e soluções de promoção *marketplace*, assim como a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva e o gerenciamento da plataforma, em setembro de 2021 foi firmada a venda com o resultado líquido de impostos de R\$ 5.047.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Companhia mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

29 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (*“Chief Operating Decision-Maker - CODM”*).

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Desta forma, o Grupo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

Em ato contínuo, a Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes do Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das informações contábeis consolidadas.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas controladas MerchantE e Cielo USA.

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança, FIDC's e Stelo (que incorporou a Braspag em 31 de setembro de 2020) e computam o resultado de equivalência patrimonial das empresas Orizon e Paggo. "Gestão de contas de pagamento" corresponde às operações da controlada Cateno e "demais empresas" correspondem ao resultado das controladas MerchantE, Cielo USA, M4U até novembro de 2021 e Braspag até 30 de setembro de 2020.

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (IFRS)*

	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021				Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Mercado Interno (todas - MerchantE)	4.965.620	3.237.944	1.113.053	9.316.617	4.771.101	2.622.368	1.475.365	8.868.834
Mercado Externo (MerchantE)	-	-	2.368.824	2.368.824	-	-	2.317.179	2.317.179
Receita operacional líquida	4.965.620	3.237.944	3.481.877	11.685.441	4.771.101	2.622.368	3.792.544	11.186.013
Custo dos serviços prestados	(2.583.749)	(1.680.538)	(2.959.841)	(7.224.128)	(2.416.506)	(1.296.535)	(3.181.856)	(6.894.897)
Depreciação e amortização	(503.183)	(387.835)	(172.115)	(1.063.133)	(608.509)	(387.389)	(180.354)	(1.176.252)
Lucro Bruto	1.878.688	1.169.571	349.921	3.398.180	1.746.086	938.444	430.334	3.114.864
Despesas operacionais	(1.171.540)	(263.364)	(1.816.501)	(3.251.405)	(1.261.304)	(293.946)	(1.635.830)	(3.191.080)
Depreciação e amortização	(15.269)	(1.834)	(25.876)	(42.979)	(31.802)	(2.093)	(34.372)	(68.267)
Lucro Operacional	691.879	904.373	(1.492.456)	103.796	452.980	642.405	(1.239.868)	(144.483)
Resultado financeiro	(43.267)	49.006	(83.742)	(78.003)	129.313	63.350	(76.295)	116.368
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	648.612	953.379	(1.576.198)	25.793	582.293	705.755	(1.316.163)	(28.115)
Imposto de renda e contribuição social	(73.146)	(326.594)	56.909	(342.832)	(182.799)	(241.406)	104.982	(319.223)
Lucro (prejuízo) líquido	575.466	626.785	(1.519.289)	(317.039)	399.494	464.349	(1.211.181)	(347.338)
Atribuído a:								
Acionistas controladores	575.466	438.749	(1.519.289)	(505.074)	399.494	325.044	(1.213.043)	(488.505)
Acionistas não controladores	-	188.036	-	188.035	-	139.305	1.862	141.167

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Saldos patrimoniais

	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Total do saldo patrimonial em 31/12/2021	84.630.941	10.982.429	4.626.445	100.239.815
Total do saldo patrimonial em 31/12/2020	75.193.222	10.871.952	5.742.224	91.807.398

30 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	14.474	281.692
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	196.908	788.882
Benefício pós emprego	901	13.867
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	235.760	166.421

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	287.010
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento, inundação e ataques cibernéticos)	193.277
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	203.303
Transporte de equipamentos de captura de transações (*)	2.500
Frota (**)	1.005

(*) R\$2.500 por viagem/evento limitado a 1.700.000.

(**) Preço da frota é composto por indenização a terceiros limitada a R\$1.005 e indenização de casco variável conforme tabela Fipe.

32 Eventos Subsequentes

Na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais (“Fundo”) ocorrida em 31 de janeiro de 2022 foi deliberado o encerramento do Fundo em decorrência do item 12.3, subitem (g), do Regulamento. Sendo assim a Administradora procedeu com a amortização e resgate total antecipado das cotas seniores no dia 03 de fevereiro de 2022 no montante de R\$ 31.119.

Em 17 de fevereiro de 2022, a controlada Cielo USA Inc. celebrou o contrato para a alienação da totalidade das ações da sua subsidiária integral Merchant E-Solutions Inc. O valor total da transação é de até US\$290.000, sendo que US\$140.000 referem-se a uma parcela fixa a ser paga na data de fechamento e até US\$150.000 referem-se a uma parcela variável, cuja apuração e efetiva realização estão sujeitos à verificação futura de determinadas premissas acordadas entre as partes.

Foi deliberado em 17 de fevereiro de 2022, o aumento de capital da Cielo USA Inc. por meio do aporte de caixa pela Cielo S.A. no montante de US\$200.000.

33 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2022 e autorizadas para emissão.